

Política

—CONSTITUINTE—

ESTABILIDADE: E O ACORDO NÃO SAI.

PMDB

No momento, a preocupação é só a votação.

A bancada do PMDB na Assembleia Constituinte, na reunião convocada pelo líder Mário Covas, a partir das 9h30 de hoje, não deverá discutir sistema de governo e duração de mandato. "As duas questões constaram da pauta da convenção nacional do partido, em julho, e ficou decidido que cada constituinte assumirá seu voto" — explicou o líder.

Mário Covas informou que um dos itens da pauta da reunião diz respeito à posição da bancada no processo de apresentação de emendas. Ele pretende dar conhecimento aos constituintes do PMDB das propostas organizadas pela liderança e de entendimentos em curso com diversos grupos interpartidários. O senador está informado da disposição de integrantes do Centrão de contestar várias emendas da liderança, mas não deixará de submeter todas à consideração da bancada.

Covas vai propor, ainda, apoio da bancada para iniciativas objetivando agilizar os trabalhos da Constituinte. Ele está certo de que o apoio será unânime. Rindo, não aceitou sugestão de jornalistas para usar a expressão "rapidizar", que tem sido empregada pelo ministro Luiz Henrique.

O último item será a proposta de inversão da pauta de discussão e votação no plenário da Constituinte. Mário Covas deseja que os trabalhos sejam iniciados por dois temas polêmicos — sistema de governo e duração do mandato presidencial. Mas não se oporia à sugestão de Ulysses Guimarães — conforme proposta da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — de votar, de início, as questões que reunissem apoio generalizado através de acordos de lideranças.

Há o receio de baixo comparecimento de senadores e deputados do PMDB à reunião. Ontem, à tarde, na sessão da Constituinte, foi registrada a presença de menos de 200 parlamentares, entre deputados e senadores de todos os partidos. A bancada do PMDB na Constituinte é de 303 parlamentares.

PFL

Aureliano veta a idéia da prévia

A Executiva Nacional do PFL se reúne amanhã, a partir das 10 horas, para definir os pontos de convergência da agremiação na Assembleia Nacional Constituinte e os termos da consulta prévia aos filiados sobre o candidato de sua preferência à Presidência da República. É possível, porém, que a prévia seja abandonada porque é condenada pelo presidente de honra do partido, Aureliano Chaves.

Aliás, foi exatamente isso que ele afirmou ontem: "Enquanto a Constituinte não definir o regime de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, não tem sentido cogitar de prévia eleitoral no PFL para sucessão presidencial".

A afirmativa foi feita no salão negro do Senado, quando da solenidade de lançamento do livro do presidente do PFL, senador Marco Maciel, sob o título "Liberalismo e Justiça Social".

O presidente de honra do PFL e provável candidato à sucessão do presidente José Sarney fez este comentário sobre a data de início da sua campanha:

"Como é que podemos pensar em campanha, agora, quando há sintomas de que prevalecerá o mandato de cinco anos? Não tem sentido assim fazer prévia nem campanha. Enquanto não for definida a forma de governo nem a duração do mandato presidencial não há que falar em eleições".

Aureliano reafirmou sua tese favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney: "Sempre defendi a tese de que o mandato do atual presidente seja igual ao de seus sucessores. Para mim, aliás, o mandato de cinco anos é o que mais se ajusta à realidade do Brasil. Os que falam em quatro anos, falam também em reeleições, o que condeno por ser contrário à tradição republicana".

O ministro de Minas e Energia nega que tenha convidado o deputado Afif Domingos (PL-SP) para ser seu companheiro de chapa: "Conheço o deputado Afif Domingos de alguns anos. Desde quando eu era vice-presidente da República e presidente da Comissão Nacional de Energia e ele secretário de Estado em São Paulo. Inclusive, eu o estimei a se candidatar a deputado. Como tenho dito, não é ainda tempo de cogitar de candidaturas".

Para Aureliano a votação dos cinco anos do mandato do presidente Sarney dirá "se de sua base político-parlamentar é firme e fiel ao governo ou não".

Por fim, Aureliano reafirmou a disposição de deixar o Ministério, logo após a promulgação da nova Constituição do País.



Centrão, Centrinho e Grupo dos 32 reunidos: divergências não superadas.



Arinos: poder constituinte sem limitações.

A LUTA DO CENTRÃO PELAS 280 ASSINATURAS

O Centrão está encontrando dificuldades para recolher o mínimo de 280 assinaturas para as suas emendas substitutivas, segundo admitiu, ontem, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, ao informar que os obstáculos decorrem, principalmente, dos interesses pessoais de muitos parlamentares do grupo que se recusam a subscrever as emendas caso não tenham suas reivindicações atendidas.

Os motivos alegados por esses parlamentares vão desde a falta de atendimento de uma emenda dispensando o pagamento de direitos autorais para obras evangélicas até um grupo de nordestinos que quer que a região tenha pelo menos 80% dos recursos destinados à irrigação, passando pela proposta do deputado Cunha Bueno, não acatada pelo Centrão, de um plebiscito sobre a implantação da monarquia parlamentarista.

As 19 horas de ontem, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), responsável pela mobilização do Centrão, informou a Gas-

tone Righi que já havia conseguido 240 assinaturas e poderia chegar, até o fim da noite, a 250 subscrições. Daso prometeu para hoje conseguir mais de 280 assinaturas. E Ricardo Fiuzza (PFL-PE) garantiu o recolhimento de "mais de trezentas assinaturas" até o final do prazo, às 19 horas de hoje.

O deputado Basílio Vilani (PMDB-PR) não parecia tão otimista. Na tarde de ontem, ele tinha os nomes de mais de cem membros do Centrão que não haviam assinado as emendas. Perguntado se o Centrão conseguiria reunir as 280 assinaturas necessárias para que as emendas tenham prioridade de votação, respondeu: "Só Deus sabe".

O recolhimento de assinaturas está sendo feito também pelos coordenadores do Centrão em todos os Estados, que percorrem as capitais e cidades de veraneio à procura dos constituintes. O esforço é tanto que o Centrão conseguiu até mesmo a assinatura do deputado Álvaro

Valle (PL-RJ), em Paris, onde descansa em férias.

Massacre

Se o Centrão conseguir as 280 assinaturas que lhe garantirão preferência automática para votação das emendas acontecerá um verdadeiro "massacre" contra os partidos menores e as forças mais avançadas da Constituinte. Essa é a opinião do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), para quem se o Centrão conseguir emendar — como quer — a quase totalidade do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, estará anulando seu texto.

Cabral já começou a apreciar as emendas individuais dos constituintes, que ele avalia de verão somar 2.236, se todos utilizarem sua cota, fixada em quatro por parlamentar. Além disso, ele espera a apresentação de cerca de 200 emendas coletivas, devendo catalogar todas as propostas até sexta-feira. O relator

só pode acolher ou rejeitar as emendas, sem modificá-las ou substituí-las por iniciativa de sua autoria.

Cabral deve também emitir parecer individual sobre cada uma delas. No caso de emendas subscritas por mais de 280 constituintes, ele é obrigado a acolher a proposição, embora possa, no seu parecer, manifestar opinião divergente sobre o assunto. E é exatamente isso que pretende fazer com relação a qualquer emenda com número de subscrições suficiente para obter preferência automática e que defenda cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, ou alongue sua permanência no poder além dos quatro anos. Se for obrigado a aceitar uma dessas emendas, ele emitirá parecer com sua posição a favor da redução do mandato presidencial, reiterando seu voto na Comissão de Sistematização. Da mesma forma ele pretende agir com relação às emendas defendendo a manutenção do presidencialismo.

Em defesa das teses "Poder Constituinte soberano e renovação do Estado brasileiro", o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, sustentou ontem no Senado a improcedência da argumentação do procurador-geral da República, Saulo Ramos, e de tantos quanto pretendam impor restrições ao caráter juridicamente ilimitado dos poderes decorrentes do mandato constituinte.

Afonso Arinos afirmou serem infundadas as afirmativas daqueles que negam a soberania constitucional em decorrência do fato de não ser a atual Constituinte originária, mas derivada de lei constitucional anterior.

O senador insistiu na oportunidade de suas considerações às vésperas de importantes votações na Assembleia Constituinte. A tese de que as limitações do Poder Constituinte são insustentáveis tanto na teoria do Estado quanto no direito constitucional, Arinos sustentou: "As dúvidas agora suscitadas não são jurídicas, são exclusi-

Arinos: um poder que não se discute.

Terceira República francesa, que duraria até a vitória contra Hitler, na Segunda Grande Guerra.

Arinos deixou consignados "para o Senado e para todos os que se preocupam com a elaboração da Constituição", os seguintes conceitos: "O caráter soberano da Constituinte se impõe, no direito constitucional democrático, às próprias determinações dos textos constitucionais anteriores. No Brasil, por exemplo, é da tradição republicana estabelecer-se no texto da Constituição o princípio de que ela não pode ser emendada nos pontos referentes à Federação e à República.

Finalmente, em defesa da tese "Poder Constituinte soberano com renovação do Estado brasileiro", Arinos concluiu suas observações invocando o jurista Pontes de Miranda, para quem "não existe possibilidade jurídica de se limitar a soberania de uma Assembleia Nacional Constituinte, por motivos de ordem formal, quaisquer que sejam".

Ao contrário do que estava sendo previsto, surgiram muitas divergências nos pontos polêmicos e fundamentais, bem como nos detalhes do projeto de Constituição: este é o quadro, depois de dois dias de reuniões entre representantes do Centrão e do grupo dos 32, na tentativa de um acordo sobre emendas comuns que possam ser votadas conjuntamente no plenário da Constituinte. Da reunião de ontem participaram dois representantes do Centrão, mas de maneira informal.

Não há acordo, por exemplo, sobre a estabilidade do trabalhador no emprego: enquanto o Centrão propõe a indenização progressiva contando a partir da instalação da Constituinte, a 1ª de fevereiro do ano passado, com o pagamento de um mês de salário a cada ano trabalhado, o grupo dos 32 quer que a questão vá para a lei ordinária dando tempo a negociações que realmente definam como será a estabilidade do trabalhador.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do grupo dos 32, disse que os dois grupos se entenderam em praticamente todos os capítulos sobre a organização e funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário, com uma discordância, quanto a esse último, referente ao Conselho Nacional e Justiça: o Centrão é contra, e extinguiu o conselho numa de suas emendas substitutivas, enquanto o Grupo dos 32 quer a sua manutenção.

Sandra Cavalcanti foi contraditada por um próprio companheiro do grupo, o senador Virgílio Távora (PDS-CE), segundo o qual as divergências são mais profundas e insanáveis do que os pontos comuns, e foi ele quem divulgou os pontos divergentes, mostrando a posição dos dois grupos.

Além da estabilidade, na qual os dois grupos têm emendas de objetivos completamente diversos, os dois grupos discordam nos seguintes pontos: o Centrão não concorda com o voto para os menores de 16 anos de idade, enquanto o Grupo dos 32 quer manter essa novidade; imprescritibilidade nas causas trabalhistas, o Centrão quer até dois anos e o Grupo dos 32 quer até cinco anos; para o Centrão, os recursos minerais do subsolo não devem ser propriedade da União, mas o grupo dos 32 quer manter esse direito; o grupo dos 32 admite greve de funcionários públicos, exceto nos serviços essenciais, enquanto o Centrão não admite greve para esse setor; o Centrão limita a maior representação na Câmara a 60 cadeiras, enquanto o grupo dos 32 quer ampliar para até 80 deputados; o grupo dos 32 admite o controle do Estado sobre a economia, enquanto o Centrão não o admite de forma alguma; o Centrão também não quer a existência de um Conselho Federal de Justiça junto ao futuro Superior Tribunal de Justiça, mas o grupo dos 32 reivindica esse conselho; aposentadoria dos magistrados, para o Centrão aos 65 anos, para o Grupo dos 32, aos 70 anos; e Conselho Nacional de Justiça, Centrão contra a existência, Grupo dos 32 favorável.

Representantes dos dois grupos afirmaram que pelo menos até ontem nenhum acordo havia sido fechado entre o Centrão e o Grupo dos 32, mas isso não significava falta de entendimento até o final.

Até agora, 791 emendas. Dos defuntos ao jogo do bicho.

Está marcado para as 19h00 de hoje o encerramento do prazo de apresentação de emendas ao projeto de Constituição. Até ontem foram entregues 791 propostas e a previsão da coordenadora do serviço de emendas, Regina Beatriz Ribas Mariz, é de que esse número hoje ultrapasse a casa das duas mil. Nenhuma emenda coletiva foi apresentada ontem e o PT também ainda não se manifestou. Caso o movimento seja muito grande no final da tarde de hoje, o encerramento poderá ser estendido por mais uma ou duas horas.

Uma das primeiras emendas a serem apresentadas ontem foi a do deputado Gerson Peres (PDS-PR), legalizando o jogo do bicho. Entre as principais preocupações das sugestões de ontem, está relacionada com a concessão de aposentadoria integral, com direito a reajustes regulares de seus vencimentos, apresentadas por cinco parlamentares.

A preocupação do Centrão é com o setor da Saúde. Será apresentada hoje uma emenda que desestatize o setor, dando à iniciativa privada — e abrindo o mercado às empresas e capitais de procedência estrangeira — de também participar da assistência da população no que se refere à saúde. A emenda do Centrão alterará completamente o art. 231 do projeto Cabral.

Outros parlamentares, preocupados com questões regionalistas, apresentaram emendas até curiosas. Francisco Rollemberg (PMDB-SE) quer que seu Estado seja acrescido da área compreendida entre o rio Real, na divisa com a Bahia e o rio Itapicuru, para eliminar "a espoliação territorial de que seu Estado foi vítima há anos".

Chico Humberto (PDT-MG) deseja que seja feita uma consulta por plebiscito para aprovar a criação do Estado do Triângulo Mineiro, enquanto João Natal (PMDB-GO) quer que sejam disponíveis — "gratuitamente" — para transplante "órgãos, partes e substâncias de pessoas comprovadamente falecidas".

UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS
VESTIBULAR-JANEIRO

88 ESTE É O CAMINHO inscrições até 20/01/88

nas Agências BRADESCO INFORMAÇÕES Em Mogi das Cruzes - Fones 469.6444 - 469.5822 Em S. PAULO - Fones 259.1848 - 259.5184

ESTOFAMENTO SEMPRE NOVO
Impermeabilização de auto na VOLI 542-7277 (até 22 h)

A DOURA UMA JÓIA PARA EMBELEZAR O SEU LAR.
PEÇA DESINHADA E ORNAMENTOS PARA COORDENADOR - VITROS E CRISTAL 016 - TELÉFONOS: 387-9174 e 387-1733

CURRICULUM VITAE
PARA TODAS AS ÁREAS PROFISSIONAIS

- elaboração
- diagramação
- montagem
- datilografia

UM BOM CURRICULUM REPRESENTA UM ÓTIMO PROFISSIONAL

Originals produzidos por processador eletrônico de textos.

WIESLAU
Av. Paulista, 491 - 8º andar
CJ. B3 - CEP: 01.311
Tels. (011) 287.1344 e 288.6882

PLANO PAI DA GOLDEN CROSS

É impossível acreditar que tem gente que ainda não tem.

O Plano Pai é tudo que você pode esperar de um plano de saúde. Com o Plano de Assistência Integral - PAI - você e sua família têm, prontamente, a assistência da maior rede médico-hospitalar da América Latina. Tem ainda mais de 10 mil médicos em todas as especialidades e podem fazer quantas consultas e exames precisar. Sem nenhuma despesa. Garanta hoje o melhor para a sua família: Plano Pai da Golden Cross.

Golden Cross
ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE
Consultas imediatas.
Preços promocionais por tempo limitado.

Ligue: 258-5584